

212  
b

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

ED na Ap Nº: 0258184-2  
EMBARGANTE: Município do Ipojuca  
EMBARGADA (S): Raquel Francisco Barbosa  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. Da leitura do acórdão ora embargado e do respectivo voto condutor, verifica-se que as questões submetidas a este Tribunal foram devidamente analisadas, inexistindo as omissões apontadas, sendo certo, ademais, que o *decisum* em tela assenta-se em fundamentos suficientes. 2. Com efeito, é cediço que *“o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.”* (Superior Tribunal de Justiça: EDcl no REsp 856315/SC). 3. O acórdão embargado não afastou o requisito de comprovação de experiência profissional mínima de 1 ano, tal como posto no edital do certame e na legislação municipal, visto que no sistema constitucional pátrio (art. 30, I, e art. 37, *caput*, I e II, da Constituição Federal) é competência do município, dentro de sua autonomia administrativa, a organização de seus serviços e de seu quadro funcional, inclusive o estabelecimento dos requisitos de investidura de seus cargos. 4. Na verdade, o embargante se volta contra o entendimento desta 2ª Câmara de Direito Público que, fundada em precedentes do Superior Tribunal de Justiça, assentou que a experiência profissional pode ser demonstrada por meio de estágios realizados na área de atuação do cargo a ser provido (STJ: AgRg no Ag 959629/DF e Resp 200270/SP; TJPE: AI 0217509-3). 5. Nesse contexto, irrelevante o argumento de que a embargada não impugnou os termos do edital, eis que cumprida a exigência em foco mediante a comprovação de realização de estágios na função. 6. Embargos improvidos, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0258184-2, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 2 de maio de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator

213  
2

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

ED na Ap Nº: 0258184-2  
EMBARGANTE: Município do Ipojuca  
EMBARGADA (S): Raquel Francisco Barbosa  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de **Embargos de Declaração** opostos pelo Município do Ipojuca, em face do acórdão que, nos autos da apelação cível nº 0258184-2, **negou provimento** ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, mantendo a sentença recorrida.

Argúi o ora embargante que o acórdão recorrido estaria eivado de omissões, por não ter se pronunciado acerca dos seguintes pontos: (a) a comissão de posse, ao concluir pelo não cumprimento do requisito de experiência mínima, agiu lastreada nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia e da moralidade, em consonância com os termos do edital, esse por sua vez fundado na Lei Municipal nº 1.514/2008; (b) constitucionalidade e "legalidade" da Lei Municipal nº 1.514/2008, no ponto em que fixou as exigências mínimas para ingresso nos cargos públicos municipais, posto que o legislador municipal agiu no âmbito de sua competência, em consonância com o texto constitucional (art. 30 e 37) e com a Lei Orgânica do Município (arts. 8º, I e XVI e 12, VII e XXIV); (c) a embargada não atacou, oportunamente os termos do edital; (d) o cargo em foco é regulamentado, portanto, o tempo de experiência profissional apenas pode ser contado a partir do momento em que o estudante se profissionaliza, trazendo uma maior segurança quanto à qualidade e competência dos serviços a serem prestados, o que encontra também respaldo nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Pugna, em arremate, pelo suprimimento das omissões ou pelo prequestionamento explícito dos dispositivos legais e constitucionais acima apontados, com o fito de abertura das vias superiores.

É o essencial a relatar.

O acórdão embargado restou assim ementado:

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA QUE EXIGE A EXPERIÊNCIA DE 01 ANO NA FUNÇÃO PARA POSSE NO CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM. 1. A então 8ª Câmara Cível deste Tribunal deliberou, à unanimidade, pela possibilidade de aceitação, em caso idêntico ao presente, de experiência profissional comprovada por meio de estágio (AI 217509-3). 2. No contexto fático-probatório destes autos, a apelada comprovou, perante a Comissão de Posse do apelante, possuir experiência na função pelo período de 1 ano, 4 meses e 10 dias. 3. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

Da leitura do acórdão ora embargado e do respectivo voto condutor, verifica-se que as questões submetidas a este Tribunal foram devidamente analisadas, inexistindo as omissões apontadas, sendo certo, ademais, que o *decisum* em tela assenta-se em fundamentos suficientes.



214  
2

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com efeito, é cediço que *“o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.”* (Superior Tribunal de Justiça: EDcl no REsp 856315/SC).

Nesse contexto, observo que o acórdão embargado não afastou o requisito de comprovação de experiência profissional mínima de 1 ano, tal como posto no edital do certame e na legislação municipal, visto que no sistema constitucional pátrio (art. 30, I, e 37, *caput*, I e II, da Constituição Federal) é competência do município, dentro de sua autonomia administrativa, a organização de seus serviços e de seu quadro funcional, inclusive o estabelecimento dos requisitos de investidura de seus cargos.

Na verdade, o embargante se volta contra o entendimento desta 2ª Câmara de Direito Público, que, fundada em precedentes do Superior Tribunal de Justiça, assentou que a experiência profissional pode ser demonstrada por meio de estágios realizados na área de atuação do cargo a ser provido (STJ: AgRg no Ag 959629/DF e Resp 200270/SP; TJPE: AI 0217509-3).

Colaciono, no ponto, o seguinte trecho do voto do relator do Resp 200270:

**“A finalidade dessa exigência imposta aos candidatos, em alguns concursos públicos é a de selecionar os candidatos que, além do conhecimento teórico, a ser medido nas diversas provas a que se submetem, já tivessem alguma experiência na respectiva área. Essa familiaridade, já decidiu este STJ em casos análogos, não se adquire somente com o diploma em mãos, devidamente registrado. Atividades desenvolvidas em escolas, até mesmo o estagiário nas faculdades, embora não privativas de bacharéis em pedagogia, também cumprem essa finalidade”. Destaquei.**

Dito entendimento encontra amparo nos princípios da razoabilidade e da ampla acessibilidade aos cargos públicos, de forma que os estágios realizados pela embargada, considerados em conjunto com a experiência demonstrada após a conclusão de seu curso, suprem a exigência de experiência profissional mínima de 1 ano na função.

Nesse contexto, irrelevante o argumento de que a embargada não impugnou os termos do edital, eis que cumprida a exigência em foco mediante a comprovação de realização de estágios na função.

Com essas razões, tenho por inexistentes as alegadas omissões, pelo que conheço dos presentes embargos, porém **nego-lhes provimento.**

Recife, 2 de maio de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator